



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 151/152

CURITIBA, sexta-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB José Maria Ferreira
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 151

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	05
Discussão/Votação	
Redação Final.....	05
2ª Discussão	10
Discussão Única (Proposições) ..	11
Discussão Única (Indicações) ...	12
Requerimentos	12
Encerramento da Sessão	12
Publicações	
Diretoria Geral	
Portarias DAT	12
Ata de Comissão	
CPI - Grampos Telefônicos	13

DIÁRIO Nº 152

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	15
Presenças.....	15
Abertura da Sessão	15
Expediente:	
Requerimentos.....	15
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	17
3ª Discussão	23
2ª Discussão	24
Requerimentos	24
Encerramento da Sessão	24
Publicações	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas	24

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 151

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	05

Discussão/Votação

Redação Final.....	05
2ª Discussão	10
Discussão Única (Proposições) .	11
Discussão Única (Indicações) ...	12
Requerimentos.....	12

Encerramento da Sessão

Publicações

Diretoria Geral	
Portarias DAT	12
Ata de Comissão	
CPI - Grampos Telefônicos	13

DIÁRIO Nº 151

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2006

(sexta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

Às nove horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duflilio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (32).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Pastor Edson Praczyk, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2965-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada por uma (01) Sessão da Ordem do Dia da Proposição de Veto nº 077/06, Projeto de Lei nº 097/06, item 31.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Maurício Rodrigues.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 601/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Filantrópica Verde, com sede e foro em Sapopema, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Verde, com sede na cidade de Sapopema-PR;

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 603 de 30 de maio de 2006, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, a mesma tem por objetivo prestar assistência educacional aos filhos de pequenos proprietários, agricultores carentes e trabalhadores rurais da região.

Dar ao filhos de pequenos proprietários, agricultores carentes e trabalhadores rurais da região, assistência educacional integral humana, médica (SUS) e profissionalizante; promover a conscientização da sociedade em geral, para aceitar e integrar os filhos de pequenos proprietários e agricultores carentes, sem marginalização; firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas tendo em vista a obtenção de recursos e/ou serviços que atendam as necessidades da sociedade, conforme estatuto da associação.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 602/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.06.
(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública o Centro Educacional Infantil Criança do Futuro - CEICF, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9.718, de 12 de abril de 2005, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por uma entidade sem fins lucrativos. A mesma atende 69 crianças de dois à seis anos em período integral de segunda a sexta-feira e tem por objetivo a elevação da qualidade do processo ensino-aprendizagem e da efetivação da proposta pedagógica do Centro Educacional, tendo como resultado a socialização do aluno.

Ante o exposto, aguardo da parte de meus Pares, a aprovação da presente propositura.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado André Vargas, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2935, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Museu do Milênio, do município de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 174/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Museu do Milênio, com sede e foro no município de Prudentópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que denomina Rodovia Antonio Anibelli, a PR-662, trecho que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 191/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Dr. Antonio Anibelli, a rodovia PR-662, que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 264/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a venda de rifas e afins por alunos matriculados nas Escolas Estaduais do Estado do Paraná.

§ 1º A Direção das Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual, bem como suas Associações de Pais e Mestres, farão a fiscalização para que não haja organização e venda a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º Excetua-se a aplicação desta lei a rifas e bingos organizados pelas comissões de formatura e 8º séries, ensino médio, superior e APMF.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 250/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 10 da Lei Estadual nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido de parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 10...

§ 1º Ficam proibidos, em todo o território do Estado do Paraná, a instalação e o funcionamento de

empreendimento de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a 10 (dez) quilômetros de núcleos populacionais.

§ 2º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais que estejam funcionando em desacordo com o disposto no parágrafo 1º, terão prazo de 03 (três) anos, a contar da data da vigência desta lei, para se adequarem.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo Estadual no prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/06, que autoriza o Poder Executivo, a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 363/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, com o objetivo de participar do leilão de concessão de novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica localizados no Estado do Paraná denominados LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu em 230 kW e Subestação Foz do Iguaçu Norte - 230/138 kW - 150 MVA.

§ 1º O consórcio de que trata este artigo deverá ser constituído com a participação majoritária da Copel ou de subsidiária integral desta.

Art. 2º Se o consórcio, constituído na forma do artigo anterior, sagrar-se vencedor do leilão para a realização dos empreendimentos de que trata o *caput*, fica a Copel ou subsidiária integral desta autorizada a constituir sociedade de propósito específico com a outra empresa integrante do consórcio, da qual deverá participar na qualidade da acionista majoritária.

§ 1º O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional para as instalações de transmissão da LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu em 230 kW e

Subestação de Foz do Iguaçu Norte - 230/138 kW - 150 MVA.

§ 2º Com a constituição autorizada pelo *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º A sociedade será administrada na forma de seu Estatuto Social, que disporá sobre composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como sobre os acordos de acionistas.

Art. 3º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, autorizado a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à realização do objeto social da sociedade de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Caso o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, julgue conveniente aos objetivos visados, poderá admitir, no consórcio ou na sociedade de propósito específico de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei, a participação de empresa privada, desde que a Companhia Paranaense de Energia - Copel ou sua subsidiária integral continue participando majoritariamente em ambos, observados os dispostos na Lei nº 8.666, de 1993, mediante a abertura de licitação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 510/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/06, que fixa em 21.047 militares o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 510/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 21.047 (vinte e um mil e quarenta e sete) militares estaduais.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, pelos postos de graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, denominados, respectivamente, de Resumo dos Qua-

dros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno-Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 453/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 052/06, que objetiva criar o Fundo Judiciário, destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 453/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º Fica criado o Fundo Judiciário, com a finalidade de prover os recursos necessários para:

I - construção, restauração, ampliação e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba;

II - aquisição de equipamentos, de material permanente e de bens e serviços necessários à instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Curitiba;

§ 1º Não serão admitidos, por conta do Fundo Judiciário, pagamentos de vencimentos, subsídios, gratificações e encargos com custeio de pessoal.

§ 2º O Fundo Judiciário será extinto após 3 (três) anos do recebimento definitivo da obra do Centro Judiciário de Curitiba e, na hipótese de existência de saldo financeiro, o valor correspondente será transferido para o Funrejus.

§ 3º O Presidente do Tribunal de Justiça baixará decreto dispondo sobre a extinção do Fundo Judiciário.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo Judiciário:

I - dotações orçamentárias próprias, recursos transferidos por entidades públicas e créditos adicionais que lhe venham a ser destinados;

II - subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma da legislação pertinente;

III - produto da alienação de bens móveis incluídos na carga patrimonial do Centro Judiciário de Curitiba que forem considerados inservíveis;

IV - receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Poder Executivo, por Fundos e outros Órgãos Públicos;

V - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário com entidades de direito público;

VI - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário, com instituições financeiras, na forma que dispuser seu Regulamento;

VII - resultado de aplicações financeiras do Fundo Judiciário;

VIII - produto da venda de cópias dos editais de licitação de obra, aquisição de equipamentos e outros bens destinados do Centro Judiciário de Curitiba;

IX - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo; e

X - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. As receitas do Fundo Judiciário não integram o percentual fixado, para o Poder Judiciário, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º O Fundo Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que o presidirá, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça após aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 4º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Judiciário serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário e afetados ao Centro Judiciário de Curitiba.

Art. 5º Aplica-se à administração financeira do Fundo Judiciário, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º O Fundo Judiciário será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

§ 2º O Fundo Judiciário prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos nos prazos e na forma da legislação vigente e nos termos estabelecidos em seu Regulamento.

Art. 6º O Poder Executivo fará, à conta de dotação orçamentária própria, aportes de recursos necessários para a construção do Centro Judiciário de Curitiba, a

serem consignados nas leis orçamentárias dos exercícios de 2007 e seguintes e nos Planos Plurianuais.

§ 1º O Poder Judiciário fará à conta de saldo de dotação própria do Funrejus, de que trata a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, um aporte de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior e para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta lei, fica autorizada a abertura de um crédito adicional especial, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), utilizando como recursos aqueles previstos no parágrafo 1º do artigo 143 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Os recursos financeiros do Fundo Judiciário serão depositados em estabelecimento bancário oficial.

Art. 8º Esta lei será regulamentada por Decreto Judiciário, devidamente aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias), contados de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Nós estamos com uma relação de projetos que estão sendo votados, agora, em 2ª votação e, ontem, nós aprovamos o Projeto nº 591/05 em 2ª votação, que é o projeto que, inclusive eu queria registrar voto contrário. Só queria que a Mesa esclarecesse que foi 593/01 na 1ª votação e na 2ª votação entrou como 591/05. Só estou solicitando à Mesa que faça a correção...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi um erro de digitação da Ata. Será feita a correção.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Tem mais um projeto, Sr. Presidente, que foi votado, ontem, que está constando com o número trocado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer a correção nas Atas. Foi erro de digitação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Agradeço à Mesa e só quero deixar registrado voto contrário ao Projeto nº 593/01, que foi votado na Sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado seu voto contrário.

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 542/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que altera o anexo I, da lei nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, Regime T-40, Professor Auxiliar A do Ensino Superior. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 542/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O piso inicial do vencimento básico da carreira do Magistério do Ensino Superior, Professor Auxiliar A - Regime T-40, previsto no anexo I da Lei nº 14.825, de 2005, passa a ser R\$ 1.856,18 (hum mil oitocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 543/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual o Programa do Voluntariado Paranaense de Joaquim Távora, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 543/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Joaquim Távora, com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 546/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/06, que altera dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto

sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA. (Lei nº 14.260/03). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 546/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12...

§ 4º Acarretará rescisão do parcelamento o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.

Art. 14...

V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potências não superiores a 125 CV, limitando-se tais isenções a um veículo por contribuinte, sem prejuízo das isenções já concedidas;

c) o veículo automotor será adquirido ou arrendado em nome do portador da deficiência ou de seu representante legal e, no caso dos interditos, pelos curadores;

Art. 19. Fica o Secretário da Fazenda autorizado, mediante ato administrativo, a remitir créditos tributários, ajuizados ou não, lançados com antecedência de 4 (quatro) anos ao exercício corrente, relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 22. Fica aprovado nos termos do inciso VI do artigo 3º, da tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2007, que constitui o Anexo Único desta lei.”

Art. 2º Ficam dispensados de pagamento os créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, dos veículos baixados até 31 de dezembro de 2007, e leiloados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - Detran-PR, na condição de sucata.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.05.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 549/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que prorroga, por mais 5 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10062, de 16 de julho de 1992, cessão de imóvel para a Associação Para-

naense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 549/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam prorrogados por mais cinco (05) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1992, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano-Apadeh, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, na Rua Bororós 1.250, Vila Izabel - Curitiba, denominada Unidade Social Educandário Caetano Munhoz da Rocha, a qual faz parte de uma área maior, com 149.381,75 m, incorporada ao Patrimônio Estadual em 11.04.1913, conforme consta da Transcrição nº 9.128, do Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para manter instalada e em funcionamento das atividades da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano-Apadeh, tendo a cessão a duração de cinco (05) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 550/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/06, fica criada na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança-SECR, e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 550/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança-SECR.

§ 1º À Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a organização, desenvolvimento, promoção e

coordenação de atividades públicas ligadas ao bem-estar da criança.

§ 2º A estrutura orgânica interna da Secretaria de Estado da Criança e respectivas atribuições serão definidas através do decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A estrutura e atribuições da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social serão, no que couber, redefinidas por decreto do Governo do Estado.

Art. 2º Fica criado o seguinte cargo de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Secretário de Estado da Criança.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 569/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Fundação Estrela de Belém de Amparo aos Idosos, com sede e foro no município de Uraí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 569/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Estrela de Belém de Amparo aos Idosos, com sede e foro no município de Uraí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Jericos no município de Serranópolis do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). PARE-

CERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que denomina de Ângelo Falavinha Dalprá o terminal rodoviário do Bairro Guaraituba, no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que denomina de Geraldo Muller o terminal rodoviário do distrito de Roça Grande, no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre a fixação de orientações sobre o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), em estabelecimentos de serviço de saúde pública ou privada e serviços funerários e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 051/06, que objetiva alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Centro de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva, o antigo Educandário Santa Felicidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/06, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a remuneração mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado e dos membros da Assembléia Legislativa, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Conselheiro Kielse Crisóstomo da Silva, o trecho da Rodovia PR-092, que liga o município de Curitiba

ao município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Miguel Pedro Abib, o trecho da Rodovia PR-153, que liga o município de Irati ao município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Há um Substitutivo Geral da CCJ neste projeto e nós colocaremos em votação, então, o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia José Amim Maia, o trecho da Rodovia PR-451, compreendido entre a ponte do Rio Alonso e o entroncamento do Distrito de João Vieira, no município de Faxinal. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e da Deputada Cida Borghetti, denomina-se Rodovia Silvino Fernandes Dias, o trecho da Rodovia PR-323, entre Maringá até a ponte sobre o Rio Ivaí no município de Dr. Camargo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 26

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Deputado Valmor Giavarina, o trecho da Rodovia PR-453, que liga o município de Borrazópolis até o entroncamento da PR-272 no município de Cruzmaltina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 27

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, Exercício 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 28

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, Exercício 2002. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 29

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, Exercício 2004. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 30

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, Exercício 2005. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 31

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 097/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 228/06.

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 225/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 097/06, por julgá-lo, tal como está posto, contrário ao interesse público por inexecutabilidade e inconstitucional conforme entendimento da Companhia Paranaense de Energia-Copel.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essas colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 097/06 encontra-se publicado no DA nº 014/06, de 15.03.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 77/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 097/06 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou

prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

Solicito a presença do Deputado Plauto.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

O Projeto nº 574 que hoje está na Ordem do Dia como 564, foi aprovado ontem em 1ª votação, na verdade está em 2ª discussão hoje como 564. Ou há um erro de digitação, mas de qualquer forma, são projetos diferentes.

Ontem, também na Ordem do Dia, quando foi feita a inversão de pauta, não recebi o anexo do item 18. Solicitaria à Mesa que depois o fornecesse, porque na Ordem do Dia que recebemos ontem, vai até o item 17 e o Deputado Traiano fez uma solicitação para que invertêssemos a pauta a partir do item 18.

Votamos este item, mas ele não estava na pauta que foi distribuída.

Quero que conste aqui, porque é justamente o Projeto nº 593 que falei ao senhor, que quero registrar o meu voto contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem razão.

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 2965-A, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, da Proposição nº 077/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 097/06.

ITEM 32

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 030/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a abolição do termo "RP" (reprovado) dos históricos escolares, dada a repercussão altamente negativa da expressão no *curricu-*

lum vitae do aluno, prejudicando-o até mesmo em sua vida profissional. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/06, de 11.12.06, em Indicações)**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2916, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Reni Pereira, Nelson Garcia, Elza Correia e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2934, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2965, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 563 e 568/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 555 e 560/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 036/06 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

Redução da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3600	2000	100	2.333.500,00
3390 4300	2000	100	91.500,00
3390 4600	2000	100	132.410,00
3390 9200	2000	100	206.390,00
		Total	2.763.800,00

Acréscimo da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
3190 3600	2000	100	2.753.800,00
3390 3700	2000	100	10.000,00
		Total	2.763.800,00

Gabinete da Diretoria Geral, 14.12.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

PORTARIA Nº 037/06 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

Redução da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	100	1.322.150,00
4490 5200	2000	100	950.650,00
4490 9200	2000	100	115.300,00
		Total	2.388.100,00

Acréscimo da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	2.388.100,00
		Total	2.388.100,00

Gabinete da Diretoria Geral, 15.12.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

PORTARIA Nº 038/06 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

Redução da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3900	2000	100	499.000,00

Acréscimo da Despesa			
Código	P/A	Fonte	Valor
3190 0100	9000	100	499.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 15.12.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

Atas de Comissão

Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS
GRAMPOS TELEFÔNICOS
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois e seis,

às 17h00 reuniu-se ordinariamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, mais a presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos, o Presidente passou a palavra ao Relator Deputado Jocelito Canto, que solicitou à assessoria da CPI que fosse encaminhado um ofício ao Presidente da Casa, requerendo cópia das notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado José Domingos Scarpellini, ocorrido na data de 12 de dezembro do corrente ano no Plenário desta Casa. O Relator também informou que irá apresentar um relatório parcial, ficando decidido por esta comissão a apresentação para votação e encaminhamento do mesmo para às 11h00 de sexta-feira, dia 15 de dezembro. O Deputado Jocelito Canto solicitou ainda que constasse em Ata o seu desejo de convidar o Governador do Estado para prestar esclarecimentos a esta CPI, porém o próprio Deputado concluiu que o convite não seria possível. Em seguida, a palavra foi dada ao Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, que fez a entrega do atestado médico, justificando a sua ausência na reunião do dia 11 de dezembro. A seguir, foi confirmada a reunião do dia 14 de dezembro do corrente ano, onde será ouvido o Sr. Dêlcio Rasera. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai ser assi-

nada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS
GRAMPOS TELEFÔNICOS
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois e seis, às 19h00 reuniu-se ordinariamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, mais a presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos, o Presidente passou-se a palavra ao Policial Civil, Sr. Dêlcio Rasera, que respondeu as perguntas dos Deputados membros desta comissão. O conteúdo da reunião está transcrito através das notas taquigráficas, em anexo, parte integrante da presente Ata. A seguir decidiu-se pela apresentação do relatório parcial na data de 15 de dezembro. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai ser assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 152

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	15
Presenças.....	15
Abertura da Sessão	15
Expediente:	
Requerimentos.....	15

Ordem do Dia:

Discussão/Votação	
Redação Final.....	17
3ª Discussão	23
2ª Discussão	24
Requerimentos.....	24

Encerramento da Sessão

Publicações

Comissão Executiva	
Indicações Legislativas.....	24

DIÁRIO Nº 152

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2006

(sexta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

Às nove horas e quarenta é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Edson Strapasson, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (38).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Pastor Edson Praczyk, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2944

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, do relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ismael Mologni.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à equipe de basquete Inesul/Londrina pela conquista do primeiro lugar do Campeonato Paranaense de Basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência aos jogadores e comissão técnica da equipe, em nome do Presidente da entidade mantenedora da Faculdade Integrada Inesul, Sr. Dinocarme Aparecido Lima, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Henrique Arns, supervisor da equipe de basquete Inesul/Londrina, pela conquista do campeonato paranaense de basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Bruno Palhares

Lopes, assistente técnico da equipe de basquete Inesul/Londrina, pela conquista do campeonato paranaense de basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Guilherme Flenik, preparador físico da equipe de basquete Inesul/Londrina, pela conquista do campeonato paranaense de basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo Chanan, Presidente da equipe de basquete Inesul/Londrina, pela conquista do campeonato paranaense de basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Henrique Saviani, técnico da equipe de basquete Inesul/Londrina, pela conquista do campeonato paranaense de basquete.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.06.

(a) BARBOSA NETO

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para registrar, com pesar, o falecimento, do economista de 62 anos, Ismael Mologni, de Londrina, que morreu por problemas bronquiopulmonares e também por complicações de diabetes, ontem, à noite.

O ex-Secretário da Fazenda de Londrina, ex-professor da Universidade Estadual de Londrina, morou nos Estados Unidos. Ele, que recentemente, há uma semana atrás estava muito bem, deixa viúva Dona Celina F. Mologni. Lamentavelmente perdemos um grande homem, que nos deixou de forma abrupta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais da Casa a perda do Dr. Ismael.

Deputado Dobrandino, por gentileza.

(O Sr. Deputado Dobrandino dirige-se à Mesa da Presidência)

Suspendo a Sessão por dois minutos.

(Suspensa a Sessão por dois minutos)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/06, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2007. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **PROJETO DE LEI Nº 487/06** **A Assembléia Legislativa do** **Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 20.168.558.090,00 (vinte bilhões, cento e sessenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$ 1.362.828.710,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 18.805.729.380,00 (dezoito bilhões, oitocentos e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 39 da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 17.777.997.240
1.1. Receitas Correntes	R\$ 15.916.064.080
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 16.415.168.530
2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 15.916.064.080
2.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$ 14.553.235.370
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.334.984.390

Em R\$ 1,00

3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.163.313.740
3.2. Receitas de Capital	R\$ 171.670.650
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.055.576.460
4.1. Receitas Correntes	R\$ 575.617.460
4.2. Receitas de Capital	R\$ 479.959.000
5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 18.805.729.380
5.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 17.654.995.280
5.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 16.292.166.570
5.4. Receitas de Capital	R\$ 2.513.562.810

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 17.750.152.920,00 (dezessete bilhões, setecentos e cinquenta milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.127.751.470,00 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III

desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 4.416.040,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, e quarenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o Art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 15.226 de 25 de julho de 2006 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art.11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2006, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com o estabelecido no artigo 7º da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos,

Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgão, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e de acordo com o artigo 37 da Lei nº 15.226, de 25 de julho de 2006;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o disposto no artigo 37 da Lei Estadual nº 15226 de

25 de julho de 2006, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no artigo 37, da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2007;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

VIII - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos o excesso da arrecadação de Impostos, para atendimento das despesas previstas no Anexo IX desta lei.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários para proceder a transferência para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vincula-

das, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do Serviço de Loteria do Estado do Paraná – Serlopar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

§ 1º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) serão destinados, prioritariamente, para reforço na dotação 5330.08244162.302 - Atenção à Pessoa em Situação de Risco Pessoal e Social, visando à implantação de Centros de Referências e Atendimento à Mulher em situação de violência doméstica e familiar e Casas Abrigos nos municípios de Curitiba, Londrina, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Francisco Beltrão e Toledo, em cumprimento à Lei Federal nº 11.340/06.

§ 2º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5302.11333132.300 - Educação Profissional e Social do Trabalhador para a qualificação profissional de 9.000 (nove mil) trabalhadores no Estado do Paraná como contrapartida do Estado ao Convênio MTE / SPPE/Codefat relativo ao Plano Territorial de Qualificação Social e Profissional.

§ 3º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 2.957.500,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.494 - Proteção Social Básica para atender ações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

§ 4º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 1.304.876,00 (um milhão, trezentos e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.495 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - FEAS, para atender ações do Serviço Regional de média e alta complexidade.

§ 5º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5360.08243162.503 - Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA, para reforma e melhorias na Unidade Oficial Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim, em Curitiba, de 700 m 2, e procedendo aos ajustes necessários à inclusão no Anexo V - Programa de Obras.

§ 6º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.490

- Aprimoramento da Gestão - FEAS, para pesquisa sobre condições do atendimento em abrigos de longa permanência para idosos no Paraná.

Art. 24. O saldo financeiro verificado em 31.12.2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2007, conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 15.226 de 25 de julho de 2006.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, conforme descrição constante do Anexo VII, desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares e conseqüentemente a alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2006 ou da arrecadação do Detran, efetivada durante o exercício de 2007.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

§ 3º Ao Anexo VII, decorrente da implantação deste artigo aplicam-se, no que couber, as autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários à implementação das ações previstas no Anexo VIII, desta lei, até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que deverão ser executadas com os recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, resultantes da cobrança do pedágio na Ponte de Guaíra, efetuada até junho de 2005, após a modificação legal da destinação dos referidos recursos, anteriormente restrita a aplicação na própria Ponte, por força do convênio 001/98 firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal.

§ 1º Se a adequação legal de que trata o *caput* deste artigo ocorrer antes do início da execução orçamentária do exercício de 2007, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às modificações por ocasião da incorporação das Emendas do Poder Legislativo a esta lei.

§ 2º Ao Anexo VIII, decorrente da implantação deste artigo, aplicam-se, no que couberem, as autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários a proceder à transferência para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e suas vinculadas, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná – Jucepar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde-Funsaúde, vinculada a Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 29. Os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, Inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/02 e 9.547/91, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 30. As receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, conforme disposto pelo inciso I, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, serão destinados em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual, decididas no âmbito do respectivo Conselho Estadual.

Art. 31. As receitas provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a incrementar na Secretaria de Estado da Educação, na Paraná Esporte, na dotação 4132.27811012.314 - Implementação e Desenvolvimento de Programas Esportivos, o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico, instituído pela Lei nº 15.264/06, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme dis-

posto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a implantação da Região Metropolitana de Maringá, utilizando como recurso a dotação 6731.15453061.347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112 - Código de Obra 0001.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para implantação da Região Metropolitana de Londrina, utilizando como recurso a dotação 6731.15453061.347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112 - Código de Obra 0001.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir no Programa de Governo 08 - Desenvolvimento Urbano e Regional, na estrutura programática da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, na Diretoria Geral (6702), na Função Urbanismo (15) as Sub-Funções 452 - Serviços Urbanos e 451 - Infra-Estrutura Urbana.

§ 1º Na Sub-Função 452 - Serviços Urbanos deverá ser criado o Projeto/Atividade - Apoio Institucional aos Municípios, Associações de Municípios, Consórcios de Municípios e Conselhos de Municípios, com o objetivo de: possibilitar ações de cunho institucional aos Municípios, Associações de Municípios, ao Conselho Estadual das Cidades (Concidades Paraná) e aos Conselhos Regionais das Cidades, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender despesas com manutenção e o Projeto/Atividade - Criação, Estruturação e Operacionalização de Regiões Metropolitanas, com o objetivo de possibilitar a criação de Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, bem como sua estruturação e funcionamento, estabelecendo o desenvolvimento regionalizado das cidades, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender despesas com manutenção.

§2º Na Sub-Função 451 - Infra-Estrutura Urbana, o Projeto/Atividade - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios, para prestar apoio aos municípios paranaenses em obras de infra-estrutura urbana e ações similares, de acordo com a política de desenvolvimento estabelecida para o Estado do Paraná, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados para despesas com auxílios financeiros.

Art. 36. Inserir na dotação 1184.16481171.865 - Casa da Família - Habitação Rural, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realizar em parceria com o Governo Federal a construção de habitações rurais, utilizando como recursos a dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital na Com-

panhia de Habitação do Paraná - Cohapar, na natureza de despesa 44906500 - Fonte 100.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a incrementar na dotação 4103.12366012.140 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no Programa de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação, visando à ampliação dos convênios firmados entre a SEED e a Arcafar/sul - Casas Familiares Rurais, utilizando como recursos a dotação 4102.12122012.134 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEED, na natureza de despesa 33903900 - fonte 100.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2007, na estrutura da Administração Geral do Estado - Recursos sobre a Supervisão da SEPL - Programações Especiais Regionais e Multisetoriais, o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para implantação do Projeto Arco Norte que visa à integração dos Municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, utilizando como recurso a dotação 2501.99999999.900, natureza de despesa 33999900 - Fonte 103.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o programa de distribuição de calçário na dotação 6501.20601101.140 - Projeto Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Prodesus/BIRD-SEAB, conforme Lei nº 11.175/95, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 40. Fica o Poder Executivo Autorizado a adicionar ao conteúdo programático da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na Defensoria Pública, na dotação 4904.14422202.249 - Assistência Jurídica aos economicamente necessitados as seguintes ações: organizar a Defensoria Pública em todas as cidades pólo do Estado; criar a carreira de Defensor Público do Estado do Paraná; realizar concurso público para a carreira de Defensor.

Parágrafo Único. Para atendimento ao disposto no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a adicionar ao conteúdo programático da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na Defensoria Pública, na

dotação 4904.14422202.249 - Assistência Jurídica aos economicamente necessitados as ações pertinentes à execução do Projeto: Justiça Social nos Bairros.

Parágrafo Único. Para atendimento do disposto no *caput* deste artigo deverá o Poder Executivo consignar o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) utilizando como fonte os recursos provenientes de cancelamento da dotação 5102.13392032.270 - Administração do Museu Oscar Niemeyer - MON na natureza de despesa 33503900 - Fonte 100.

Art. 42. O Poder Executivo Estadual adotará as medidas necessárias para consignar no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinados ao Programa Estadual de Fomento ao Teatro, instituído pela Lei nº 14.557, de 15/12/04, nos termos do seu artigo 2º inciso I, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para suplementar o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na dotação 4103.12361012.138 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e da Educação Pré-Escolar, no Programa Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para implantar na dotação 4501.12364022.183 - Gestão do Sistema Educacional Superior, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinado à atender despesas de manutenção da Casa do Estudante Universitário - PR, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 45. Para fins do cumprimento no disposto na Emenda Constitucional 29/2000, não serão contabilizados como Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas relacionadas a: despesas com Hospital da Polícia Militar; despesas com o SAS - Serviço de Assistência à Saúde do Servidor; Despesas com o Paranasan; despesas com o Ensino nos Hospitais Universitários; e outras vedadas pela Resolução nº 322/2004 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 46. Para fins do cumprimento no disposto na Emenda Constitucional 29/2000, serão alocados no Orça-

mento do exercício de 2007, como Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas relacionadas a: saúde do trabalhador; saúde mental; aperfeiçoar a execução das políticas típicas de responsabilidade do Estado (a exemplo de política estadual de sangue e controle estadual de endemias); viabilização de concurso público e alteração da previsão orçamentária na folha de pagamento com a contratação de novos servidores; a capacitação permanente da totalidade dos profissionais de saúde vinculados à Secretaria Estadual de Saúde - Sesa; organização de serviços ambulatoriais e hospitalares para dar atenção aos portadores de deficiência; organização de serviços ambulatoriais e hospitalares para dar atenção à saúde do idoso.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a recompor a Fonte 100 que foi utilizada para suplementar o Anexo IX, Emendas à Despesa, até o limite dos valores constantes do projeto de lei, utilizando como recurso o excesso de arrecadação de receitas de impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, dando ciência à Assembléia Legislativa.

Art. 48. Passam a integrar a presente lei os anexos IX – Emendas à Despesa, X – Cancelamentos à Despesa e XI – Emendas ao Conteúdo Programático, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 49. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Miguel Pedro Abib, o trecho da Rodovia PR-153, que liga o município de Irati ao município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/06, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Cida Borghetti, denomina-se Rodovia Silvino Fernandes Dias, o trecho da Rodovia PR-323, entre Maringá até a ponte sobre o Rio Ivaí no município de Dr. Camargo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que denomina de Domingos Massa, o trecho da Rodovia 466, compreendido entre o distrito de São José, município de Jandaia do Sul e o município de Borrazópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Irineu Sachelli o trecho da Rodovia PR-532, que liga o município de Apucarana ao Distrito de Guaravera. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2928, de autoria do Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Ademar Traiano e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2936, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2937 a 2943, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2944, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 563 e 568/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 245

Autoria: Deputado Elton Carlos Welter

SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Agroindústria e Abastecimento do Paraná, a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa, conforme ditames do Decreto Federal nº 5741, de 30 de março de 2006 e da Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Elton Carlos Welter se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual para que o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP-POA) providencie e efetive a adesão, adequando o “atual sistema” ao “novo sistema” instituído através do Decreto Federal nº 5741, denominado Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa.

Segundo a Instrução Normativa nº 19/06, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa estabeleceu requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao “Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal”, “Sistema Brasileiro de Insumos Agrícolas” e “Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 12.09.06.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - Presidente, em exercício

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O sistema de fiscalização dos produtos de origem animal, atualmente encontra-se dividido em: Sistema de Inspeção Municipal - SIM; Sistema de Inspeção do Paraná - SIP e Sistema de Inspeção Federal - SIF.

No modelo atual de inspeção, o comércio dos produtos fica limitado nas seguintes áreas: SIM, permite o comércio dos produtos apenas a nível municipal; o SIP estabelece que o comércio poderá ser efetuado dentro do Estado e o SIF, permite que o comércio dos produtos seja realizado em todo o território nacional, em todos os estados, bem como habilita para a exportação dos produtos.

Com o Suasa, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, desde que estejam dentro dos padrões estabelecidos pelo serviço de inspeção.

A adesão do Estado e dos Municípios paranaenses ao Suasa, proporcionará a inclusão comercial e social das pequenas agroindústrias familiares, reconhecidas pelo Estado do Paraná, das quais algumas delas participam da Feira dos Sabores do Paraná, que tradicionalmente acontece anualmente no mês de julho, em Curitiba, no Parque Barigüi.

Após a adesão do Estado do Paraná ao Suasa, com certeza a adesão dos municípios ao novo sistema será facilitada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 246

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA:

Sugere garantir ao Policial Militar do Estado do Paraná que se aposentará, a manutenção e continuidade em poder da arma de fogo de costume.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Em atendimento aos anseios sociais, em especial, aos membros da Polícia Militar do Estado do Paraná, que submetidos à pressão cotidiana e perigos pertinentes às atividades por eles desempenhadas, solicitamos, a elaboração de um decreto, em conjunto com uma portaria do Departamento Penitenciário Estadual - Depen, regulamentando o uso, suas atribuições legais, características, critérios e procedimentos para a concessão da autorização aos policiais militares em processo de aposentadoria, para a manutenção e permanência em poder da arma de fogo utilizada de costume.

Em razão do dispositivo da Constituição Estadual, artigo 49, onde expressamente vincula o poder diretivo do Sr. Governador, Chefe do Poder Executivo Estadual às Polícias Civil e Militar, esperamos a compreensão e atendimento ao solicitado, em benefício dos integrantes da meritória Polícia Militar do Estado do Paraná.

Aproveito o ensejo para expressar os meus votos de elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 12.09.06.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - Presidente, em exercício

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 247

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA:

Sugere a emissão do porte de arma de fogo ao Agente Penitenciário Estadual, em exercício, esta-

belecendo norma para uso do armamento dentre outras providências.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Em atendimento aos anseios sociais, em especial, aos Agentes Penitenciários Estaduais, que submetidos à pressão cotidiana e perigos pertinentes às atividades por eles desempenhadas, solicitamos a elaboração de um decreto, em conjunto com uma portaria do Departamento Penitenciário Estadual - Depen, regulamentando o uso, suas atribuições legais, características, critérios e procedimentos para a emissão do porte de arma de fogo aos Agentes Penitenciários Estaduais, em exercício, nos mesmos moldes da Portaria de nº 28, de 14 de julho de 2006 do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, bem como o contido nos artigos 12, VII, e parágrafo 3º, artigo 36 do Decreto nº 5123 de 2004, viabilizando, nesse sentido, tal autorização.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 12.09.06.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - Presidente, em exercício

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 248

Autoria: Deputado Francisco Bühner

SÚMULA:

Sugere a realização de estudos para implantação da Universidade Pública Estadual no município de São José dos Pinhais.

Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI:

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte: a realização de estudos para implantação de Universidade Pública Estadual no Município de São José dos Pinhais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 08.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A cidade de São José dos Pinhais tem-se caracterizado como um pólo de desenvolvimento regional, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O desenvolvimento de São José dos Pinhais depende de recursos humanos, científicos e tecnológicos voltados para a formulação de estratégias que melhorem a qualidade e a produtividade e ampliem a diversidade da oferta de bens e serviços. Para tanto se faz necessário implementar soluções construídas a partir da realidade regional e sintonizadas com as necessidades e potencialidades da região.

A população do Município já está consciente da

crescente necessidade de qualificação. O número das conclusões dos cursos de nível médio tem aumentado significativamente em toda a região. As inscrições dos munícipes nos vestibulares das universidades e faculdades da região metropolitana têm crescido nos últimos anos, uma demonstração clara de interesse e esforço dos jovens em melhorar suas condições pessoais para contribuir para o desenvolvimento regional e do Estado.

No entanto, lamentavelmente, a evasão ou abandono tem sido, também, muito alto em função do alto custo das anuidades/mensalidades das instituições privadas, bem como o alto custo da locomoção dos universitários para as cidades-sedes das universidades/faculdades.

Atualmente, a formação dos jovens do município que dependem da educação superior pública é feita na capital, acarretando vários problemas, que ao lado das dificuldades financeiras das famílias, não se pode desconsiderar que estes jovens nem sempre retornam às suas origens.

Por tais razões e conhecedores da ampla experiência de V. Exa. como educadora comprometida com o desenvolvimento científico-tecnológico e social do Estado, em especial a cidade de São José dos Pinhais e conseqüentemente, confiamos em conquistar a adesão de V. exa. à causa da implantação de uma instituição estadual de educação superior na cidade de São José dos Pinhais, voltada para o desenvolvimento de pesquisa e formação de recursos humanos relevantes e necessários para o Município, o Estado e o País.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 249

Autoria: Deputado Ângelo Vanhoni

SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo a celebração de Convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná no Convênio ICMS 55/98, que isenta as operações internas com mercadorias destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Ângelo Vanhoni se dirige à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme lhe faculta o artigo 127 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, nos termos do artigo 131 da Constituição Estadual, que celebre Convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná nas disposições do Convênio ICMS 55/98, de 19 de junho de 1998, que isenta do ICMS as operações internas com os seguintes produtos para uso exclusivo por pessoas portadoras de deficiência, nas modalidades a seguir indicadas, classificados nas respectivas posições, subposições e códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

NBM/SH

I - acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor pertencente a pessoa portadora de deficiência física:

a) embreagem manual, suas partes e acessórios;	8708.93.00
b) embreagem automática, suas partes e acessórios;	8708.93.00
c) freio manual, suas partes e acessórios;	8708.31.00
d) acelerador manual, suas partes e acessórios;	8708.99.00
e) inversão do pedal do acelerador, suas partes e acessórios;	8708.99.00
f) prolongamento de pedais, suas partes e acessórios;	8708.99.00
g) empunhadura, suas partes e acessórios;	8708.99.00
h) servo acionadores de volante, suas partes e acessórios;	8708.99.00
i) deslocamento de comandos do painel, suas partes e acessórios;	8708.29.99
j) plataforma giratória para deslocamento giratório do assento de veículo, suas partes e acessórios;	9401.20.00
I - trilho elétrico para deslocamento do assento dianteiro para outra parte do interior do veículo, suas partes e acessórios;	9401.20.00
II - plataforma de elevação para cadeira de rodas, manual, eletro-hidráulica e eletromecânica, especialmente desenhada e fabricada para uso por pessoa portadora de deficiência física, suas partes e acessórios;	8428.10.00
III - rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios, para uso por pessoa portadora de deficiência física;	7308.90.90

IV - guincho para transportar cadeira de rodas, suas partes e acessórios, para uso por pessoa portadora de deficiência física	8425.39.00
V - produtos destinados a pessoa portadora de deficiência visual;	
a) bengala inteiriça, dobrável ou telescópica, com ponteira de nylon	6602.00.00
b) relógio em braille, com sintetizador de voz ou com mostrador ampliado	9102.99.00
c) termômetro digital com sistema de voz	9025.1
d) calculadora digital com sistema de voz, com verbalização dos ajustes de minutos e horas, tanto no modo horário, como no modo alarme, e comunicação por voz dos dígitos de cálculo e resultados	8470.10.00 8470.2 e 8470.30.00
e) agenda eletrônica com teclado em braille, com ou sem sintetizador de voz	8471.30.11
f) reglete para escrita em braille	8442.50.00
g) display braille e teclado em braille para uso em microcomputador, com sistema interativo para introdução e leitura de dados por meio de tabelas de caracteres braille	8471.60.52
h) máquina de escrever para escrita braille, manual ou elétrica, com teclado de datilografia comum ou na formatação braille	8469.12, 8469.20.00 e 8469.30
i) impressora de caracteres braille para uso com microcomputadores, com sistema de folha solta ou dois lados da folha, com ou sem sistema de comando de voz, com ou sem sistema acústico	8471.60.1 e 8471.60.2
j) equipamento sintetizador para reprodução em voz de sinais gerados por microcomputadores, permitindo a leitura de dados de arquivos, de uso interno ou externo, com padrão de protocolo SSIL de interface com softwares leitores de tela	8471.80.90
VI - produtos destinados a pessoas portadoras de deficiência auditiva:	
a) aparelho telefônico para uso de pessoa portadora de deficiência auditiva, com teclado alfanumérico e visor luminoso, com ou sem impressora embutida, que permite converter sinais transmitidos por sistema telefônico em caracteres e símbolos visuais	8517.19
b) relógio despertador vibratório e/ou luminoso para uso por pessoa portadora de deficiência auditiva	9102.99

Parágrafo Único. Sugere igualmente que o benefício respectivo seja concedido de acordo com a disciplina a ser estabelecida em legislação estadual, considerando-se a iniciativa do Executivo para a elaboração legislativa que se faz necessária.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 27.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 7.853/89 e o Decreto nº 3.298/99 balizam a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência.

Do mesmo modo, se podem citar diversos dispositivos legais que tratam da integração das pessoas portadoras de deficiência, como: acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial - Noser - IAC - 2508-0796; Decreto 5296/04: Regulamenta as Leis da Acessibilidade; Decreto 3.956 de 08/10/01 (Ratifica Convenção da OEA); Lei da Acessibilidade: Lei 10.098/00; Língua Brasileira de Sinais: Lei 10.436/02 - Programa de Valorização da Pessoa Portadora de Deficiência - Portaria 22/03; Resolução nº 2878; Saúde Mental:

Lei 10.216/01; Transportes: Lei 10.048/00; Decreto nº 1.744, de 08/12/95 - Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada Devido à Pessoa Portadora de Deficiência e ao Idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7/12/93; além de diversos programas como o Passe Livre Federal (para transporte interestadual); Passe Livre Municipal (para transporte urbano); isenção de IPI na compra de carro; Isenção de ICMS na compra de carro; sistema de cotas para funcionários em empresas.

De acordo com a Constituição Federal, artigo 23, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: *II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.*

Em seu artigo 24, estabelece que *competete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:.... XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

O artigo 203 da Constituição Federal impõe que a *assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:.... IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a*

promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O artigo 208 estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com o artigo 227. *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Parágrafo 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: ... II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. Parágrafo 2º - A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.*

Segundo o artigo 244, *a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no artigo 277, parágrafo 2º.*

Como se vê, houve uma grande preocupação do Constituinte com a integração e a assistência aos portadores de deficiência, imputando um dever fundamental não só para o Estado em todas as suas esferas, como para toda a sociedade, de participação na implementação das políticas programáticas da Carta Magna.

Mas na prática, se percebe que os portadores de necessidades especiais não podem exercer os direitos fundamentais que a Constituição lhes assegura, por falta de infra-estrutura, de acessibilidade.

Por ter direito à integração social, por ter capacidade de executar atividade profissional, e ser produtivo, mas por não ter acessibilidade por falta de infra-estrutura adequada às suas necessidades especiais, os portadores de necessidades especiais ficam à mercê do puro assistencialismo, o que gera um custo em tese desnecessário aos cofres públicos.

Sendo assim, os Estados de São Paulo e de Minas Gerais celebraram os Convênios 55/98 e 39/05, que instruem esta proposição, isentando do ICMS as operações internas relativas aos produtos para uso exclusivo por pessoas portadoras de deficiência.

Desse modo, além de incentivar a instalação de indústrias relacionadas com tal produção em seu território, tais Estados cumprem sua função constitucionalmente imputada e minimizam, indiretamente, o gasto público com o assistencialismo relativamente aos portadores de necessidades especiais, na medida em que poderão exercer atividades profissionais com maior autonomia e gerar seus próprios rendimentos.

O barateamento dos produtos isentos de ICMS destinados aos portadores de necessidades especiais certamente fomentará sua instalação que já é, em muitos casos, legalmente imposta.

Por tais motivos, é imprescindível que seja aprovada a presente indicação e, sobretudo, que seja acatada pelo Executivo do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 250

Autoria: Deputado Francisco Bühner

SÚMULA:

Sugere a instalação de telefonia fixa para os moradores da localidade Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais.

Ilmo. Sr. Diretor da Brasil Telecom - Paraná, Amilcar Piazzetta Marques:

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. S. para expor e reivindicar a instalação, com a maior brevidade possível, de telefonia fixa na localidade de Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 04.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A cidade de São José dos Pinhais tem-se caracterizado como um pólo de desenvolvimento regional, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O desenvolvimento de São José dos Pinhais depende de recursos humanos, científicos e tecnológicos voltados para a formulação de estratégias que melhorem a qualidade de vida e a produtividade e ampliem a diversidade da oferta de bens e serviços. Para tanto se faz necessário implementar soluções construídas a partir da realidade regional e sintonizadas com as necessidades e potencialidades da região.

Assim sendo, consideramos que seja oferecido, urgentemente, a cada morador o direito a telefonia fixa, o que representará a alavancagem da economia local, por propiciar novas relações comerciais.